

CENTENÁRIO DOS MINISTROS

Museu do TCU Ministro Guido Mondin



Thales Ramalho

1923 - 2004



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

Bruno Dantas, Presidente
Vital do Rego, Vice-presidente
Walton Alencar Rodrigues
Benjamin Zymler
Augusto Nardes
Aroldo Cedraz
Jorge Oliveira
Antonio Anastasia
Johnathan de Jesus

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman
Marcos Bemquerer
Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado, Procuradora-Geral
Lucas Furtado, Subprocurador-Geral
Paulo Bugarin, Subprocurador-Geral
Marinus Marsico, Procurador
Júlio Marcelo, Procurador
Sérgio Caribé, Procurador
Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador

CENTENÁRIO DOS MINISTROS

COLEÇÃO CENTENÁRIO DOS MINISTROS

Thales Ramalho 1923 - 2004 (Volume XII)

Coleção Centenário dos Ministros

Thales Ramalho
1923 - 2004

Brasília
2023

© 2023 Tribunal de Contas da União

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/publicacoes-institucionais/>



Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Thales Ramalho : 1923–2004 . – Brasília : TCU, Museu do TCU Ministro Guido Mondin, 2023.

31 p. : il., fots. – (Coleção Centenário dos Ministros ; v. 12)

1. Thales Ramalho, 1923-2004 – biografia. 2. Ministro de Tribunal – biografia – Brasil. 3. Tribunal de Contas – história – Brasil. I. Título. II. Série.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

SUMÁRIO

Origem familiar e primeiros estudos	8
Literatura e jornalismo	11
Os primeiros passos na política.....	12
Um neófilo em Brasília	14
O articulador em ação	16
As intempéries de Thales.....	17
Abertura lenta, gradual e segura.....	19
A defesa dos direitos das pessoas com deficiência.....	20
Outros partidos, mesma luta	23
Tribunal de Contas da União	26
No olho da tormenta.....	27
O parlamentar conciliador	28
Principais condecorações e honrarias	29
Referências	31



Thales Ramalho diante do Palácio da Alvorada. Acervo da família. Fotografia: Toninho Monteiro. Brasília - DF, [1997].

A biografia que ora se apresenta tem por objetivo homenagear o ministro Thales Ramalho no ano de comemoração do centenário de seu nascimento. A publicação contou com a pesquisa em diversos arquivos para entregar um panorama geral das contribuições do ministro assim como parte importante da história do Brasil. Dentre os acervos consultados, destacam-se o do Arquivo Central do Tribunal de Contas da União, do Museu do Tribunal de Contas da União Ministro Guido Mondin, da Câmara dos Deputados, do Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, além de uma entrevista concedida pela filha do ministro, Ana Clara Santos Ramalho Monteiro de Melo.

Documentos oriundos do arquivo central do Tribunal de Contas da União nos desvelam os assuntos e temas com os quais o ministro e seus pares se depararam no exercício de suas funções, período em que o Brasil experienciava mais uma transição democrática. As fotografias do acervo do Museu do Tribunal de Contas da União Ministro Guido Mondin, conservadas com esmero por sua equipe, registram momentos importantes da vida do ministro Thales Ramalho na Corte de Contas. Imagens, por exemplo, da cerimônia de sua posse como ministro do TCU, que contou com a presença de importantes atores políticos da vida nacional, denotando seu prestígio nesse cenário. Também integra o precioso acervo do Museu a toga¹ que pertenceu ao ministro.

Na pesquisa realizada nos arquivos da Câmara dos Deputados, onde Thales Ramalho atuou como parlamentar por mais de duas décadas representando o Estado de Pernambuco, foram examinados seus projetos de lei e imagens franqueadas de sua atuação no plenário daquela Casa Legislativa. Já no acervo do Arquivo Nacional, foram localizados documentos que revelam o político Thales Ramalho sob a ótica de agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI)², que acompanhou os passos do deputado desde sua chegada a Brasília, em 1966.

O acervo digital da hemeroteca da Biblioteca Nacional ofereceu amplo material para uma contextualização do período de atuação política de Thales Ramalho. Os jornais de época, por sua vez, revelam

1. Thales Ramalho adquiriu sua toga na tradicional Casa Sucena, que funcionou na cidade do Rio de Janeiro à Rua da Alfândega a partir de 1907.

2. O SNI foi criado em junho de 1964, sob a coordenação do general Golbery do Couto e Silva (1911-1987), tendo como missão coordenar, em todo o território nacional e no exterior, as atividades de informação e contrainformação e subsidiar o Conselho de Segurança Nacional.

outra habilidade do biografado: um jovem jornalista Thales Ramalho esgrimando com seu contemporâneo, Ariano Suassuna, nas páginas dos jornais pernambucanos. Já o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) continha um texto biográfico de Thales Ramalho que norteou os primeiros passos da pesquisa, bem como documentos de acervos privados e fotografias que também ajudaram a compor a presente biografia.

Também se pôde contar com a generosa colaboração do pesquisador Cícero Belmar, que disponibilizou as fontes de pesquisa que utilizou para compor sua obra em homenagem a Thales Ramalho a pedido de sua única filha, Ana Clara Santos Ramalho Monteiro de Melo. Em entrevista que nos concedeu em maio de 2023, Ana Clara trouxe aspectos da vida privada do ministro, de sua personalidade e da intimidade de suas relações familiares. Esta obra relaciona diversas fontes e revisita o contexto político em que Thales Ramalho atuou. Expressivo ator político do Brasil contemporâneo, Ramalho soube, ao lado de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, conduzir a oposição rumo a vitórias importantes, que desaguaram nos avanços alcançados pelo texto constitucional aprovado em outubro de 1988.

ORIGEM FAMILIAR E PRIMEIROS ESTUDOS

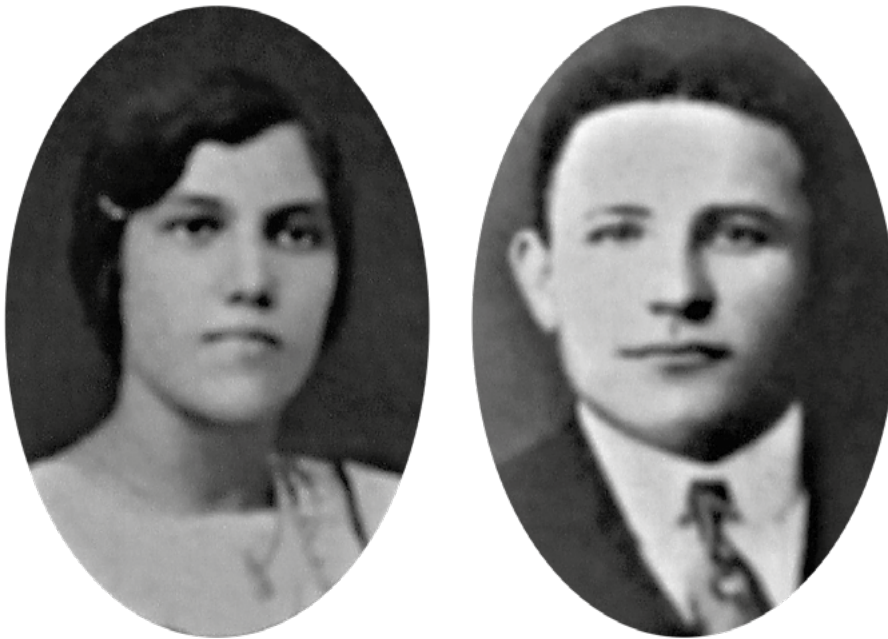
Nascido em 7 de julho de 1923, na cidade de Paraíba (PB), atual João Pessoa, Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho foi batizado no dia 5 de agosto de 1923, na Catedral de Nossa Senhora das Neves³, padroeira do município. Em seu registro de batismo, assinado pelo cônego Mathias Freire, seu nome está grafado com “i”, “Thalis”. Seu pai, Francisco Xavier de Albuquerque Ramalho (1897-1941), pertencia a uma tradicional família de fazendeiros da cidade de Teixeira (PB). Francisco Xavier foi “thesoureiro e secretario” da Administração municipal de Alagôa Grande⁴, do “Estado da Parahyba do Norte”. Nesse município, exerceu funções administrativas de 1911 a 1917, ano em que assumiu a função de meteorologista da “Inspeção de Obras contra as seccas”⁵. As disputas entre as famílias Ramalho e Dantas pelo poder político na cidade de Teixeira fizeram com que Francisco

3. No local onde hoje está erguida a Catedral, foi construída originalmente uma igreja em 1586 pelos primeiros colonizadores da Paraíba como forma de homenagem a Nossa Senhora que a igreja leva o nome. Em 1997 a Catedral recebeu uma grande reforma e recebeu o título de Basílica. No ano seguinte, pelo Decreto nº 20.132 de 1998, a Basílica de Nossa Senhora das Neves foi tombada e inserida no livro do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP).

4. “Comarca, por lei provincial nº 129, de outubro de 1864. Installada em 26 de outubro de 1865. Compreende o município de Ingá, parochia de Nossa Senhora de Boa Viagem. Clima salubre e temperado. Produz fumo, café, canna de assucar e algodão. Possui minas de ferro, enxofre e outros mineraes. É servido pela Estrada de Ferro da Great Western, havendo trens diários. População 18.000 habitantes, com 588 eleitores.” Informações localizadas no Almanak Laemmert de 1911.

5. Acervo Biblioteca Nacional. Almanak Laemmert, Edição C00081, 1925.

Ramalho migrasse para a cidade de Natal (RN), onde conheceu e se casou com Lucilla Bezerra⁶, irmã de Ubaldo Bezerra de Melo⁷, seu padrinho de batismo. Além de um irmão, Nilo, Thales Ramalho tinha seis irmãs e duas primas irmãs: Clara, Lúcia, Sylvia, Almira, Geninha, Sarah, Bertha e Thereza.



Lucilia Bezerra de Albuquerque Ramalho e Francisco Xavier de Albuquerque Ramalho. Acervo de família. s/l, [1920]

Sua formação escolar básica foi cursada na cidade de Natal, onde residia sua família. Em 1935, Ramalho, como era conhecido o pai de Thales, foi transferido novamente, dessa vez para o Estado do Ceará. Thales cursou o secundário no Colégio Militar do Ceará, então comandado pelo general de divisão Eudoro Corrêa. Cinco anos depois, embora a família tivesse se restabelecido em Natal (RN), Thales passou a residir em Recife (PE). Nesse período, em 16 de setembro de 1941, Francisco Xavier de Albuquerque Ramalho viria a falecer.

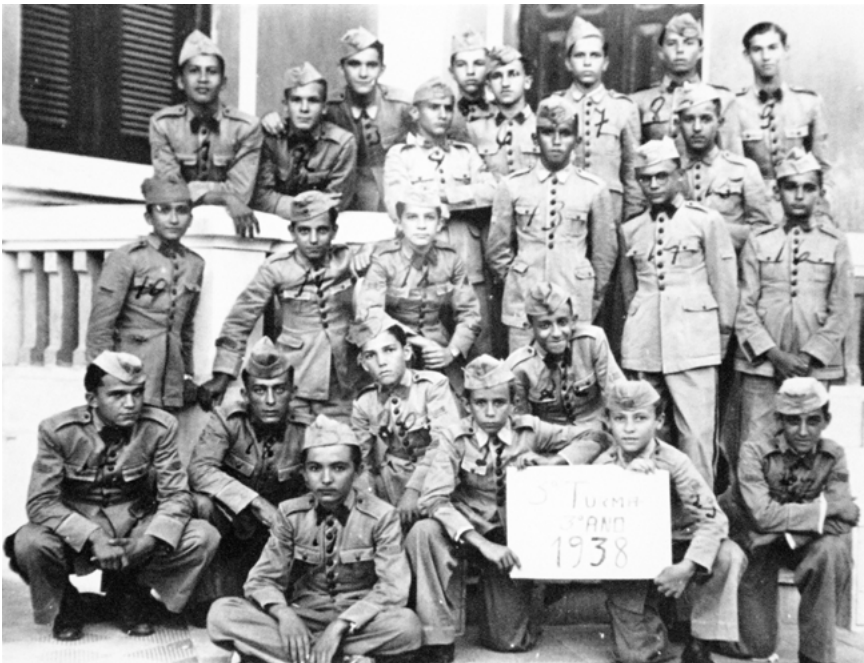
No depoimento concedido por Ana Clara, quando indagada sobre eventuais relatos de seu pai sobre seus avós paternos, ela respondeu:

“Ele morreu, enfim minha avó ficou viúva muito cedo, vovó Lucilla. E aí ela foi, criou todos os filhos, batalhou para

6. Depois de casada passou a assinar Lucilla Bezerra de Albuquerque Ramalho (1900-1993).

7. Ubaldo Bezerra de Melo foi interventor no Rio Grande do Norte de 1946 a 1947.

criar todos os filhos. Meu pai só tinha um irmão, tio Nilo, e mais seis irmãs. E mais duas primas, como prima irmã, que foram criadas como filhas. E aí minha avó foi para cima de uma máquina de costura e criou todos os filhos, enfim se encaminharam na vida. Meu pai costumava falar muito desse espírito da minha avó, lutadora. E do meu avô, apesar que quando meu avô faleceu ele só tinha dezessete anos. Ele estava estudando na época aqui no Recife, já. Ele relatava que vovô era um homem muito agregador da família, reunia assim todo mundo, sabe? Agora, ao mesmo tempo muito austero na educação. E papai deu um pouco de trabalho (*risos*) quando jovem. Assim ele tinha lá... Eu tenho inclusive alguns boletins dele. E as notas eram boas, mas a conduta... Era assim, conduta: zero. Porque ele era muito, vamos dizer, rebelde, no bom sentido.”



Thales Ramalho (segundo, da esquerda para direita, na fileira superior, com a mão na balaustrada) e seus colegas do Colégio Militar do Ceará. Acervo de família. Fortaleza, 1938.

Thales Ramalho ingressou na Escola de Engenharia de Pernambuco, onde permaneceu por dois anos, porém o ambiente matemático não satisfazia seu temperamento. Seguiu, então, à tradicional Faculdade de Direito do Recife (fundada em 1827), onde se formou Bacharel em 1952. No dia 10 de setembro de 1987, em discurso proferido durante a cerimônia de posse da ministra Élvia Lordello Castello Branco⁸, Thales Ramalho frisou a importância daquele ambiente para sua formação: “*Dei cinco anos de minha vida à Faculdade de Direito do Recife, mas*

8. Élvia Castello Branco nasceu em São Félix (BA) no dia 13 de dezembro de 1926, faleceu no Rio de Janeiro em 2005. Foi uma advogada e magistrada. Ministra do TCU (1987-1995).

ela me deu a formação de uma vida inteira porque me ensinou a amar o Direito, a Justiça e a Liberdade.”⁹

Thales também obteve grau de professor de Língua e Literatura Portuguesa. Leitor compulsivo e fluente em francês, recitava de memória poemas de Arthur Rimbaud e Paul Verlaine.

Ainda na vida universitária, Thales se interessou pelas discussões políticas do meio estudantil. Foi um dos líderes estudantis da Faculdade de Direito, em um momento de tensão da história do Brasil e de Pernambuco. Em 1946, o Brasil vivenciava uma reabertura democrática após a queda de Getúlio Vargas¹⁰, que governou o país durante o período conhecido como “Estado Novo”. Naquele ano, Thales trabalhou ativamente na organização política dos estudantes pernambucanos e de congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Fez campanha para o estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo do Largo São Francisco, José Bonifácio Coutinho Nogueira¹¹, que, no ano de 1946, concorreu e se elegeu presidente da UNE.



Acervo de família. Natal – RN, 1953.

LITERATURA E JORNALISMO

Para além das primeiras aventuras políticas, Thales atuou também como jornalista em meados de 1940. Literariamente, fez sua estreia em outubro de 1948, no salão nobre da Faculdade de Direito de

9. ATA DE SESSÃO PLENÁRIA Nº66, de 10 de setembro de 1987 (Sessão Especial) p.05.

10. Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS) no dia 19 de abril de 1882, faleceu no Rio de Janeiro em 1954. Foi Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul (1909-1913; 1917-1923) Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (1923-1926) Ministro da Fazenda do Brasil (1926-1927). Presidente do Rio Grande do Sul (1928-1930) Presidente do Brasil (1930-1945; 1951-1954) Senador pelo Rio Grande do Sul (1946-1951).

11. José Bonifácio Coutinho Nogueira nasceu em São Paulo dia 3 de dezembro de 1923 e faleceu em 2002 na mesma cidade. Foi um empresário e advogado. Presidente da UNE (1946).

Pernambuco, saudando o poeta Murilo Mendes¹² em nome do Diretório Acadêmico¹³. Escreveu artigos para o *Diário de Pernambuco* e assinava seus artigos na coluna *No Caminho dos Suplementos* sob o pseudônimo *Jerônimo Colaço de Magalhães*. Por força do ofício de professor, Thales não produzia apenas colunas políticas, mas também sobre Literatura, uma de suas paixões.

Um caso curioso de sua breve carreira jornalística foi o debate travado nas páginas do Diário de Pernambuco com seu célebre conterrâneo, o jovem escritor e crítico literário Ariano Suassuna¹⁴. Em 1949, nos idos de seus 22 anos, o promissor Suassuna escreveu para o periódico uma crítica ao mais novo filme de Charles Chaplin: *“Monsieur Verdoux”*. Nesse texto, Suassuna afirmava que o célebre ator rompera a linha de defesa do “imoralismo” observada em seus filmes anteriores, ao justificar o crime individual pela existência do crime coletivo. Sob o pseudônimo *Jerônimo Colaço*, Thales respondeu à crítica na seção *“No caminho dos Suplementos”* defendendo, em breves palavras, o Chales Chaplin *“homem do povo”*, que considerava injustiçado. Para ele, o filme representava a redenção do homem em uma *“angustiosa tentativa de fixar os conflitos e as atribulações do homem universal”*. Com seu humor ácido, Ariano Suassuna reagiu à crítica revelando a identidade de Thales por detrás do pseudônimo.

OS PRIMEIROS PASSOS NA POLÍTICA

Apesar do espírito literário, Thales direcionou seu talento e dedicação para a política, ambiente em que exerceu, por muitos anos, o papel de exímio articulador. No ano de 1954, abraçou a militância política ao participar da campanha do marechal Oswaldo Cordeiro de Farias¹⁵ para o governo do Estado de Pernambuco sob a legenda do Partido Social Democrático (PSD). Cordeiro de Farias saiu vitorioso no pleito, tomando posse como governador de Pernambuco em janeiro de 1955. Desde então, segundo Ana Clara Ramalho, seu pai manteve relação próxima com Cordeiro de Farias. Thales Ramalho retornou às atividades de advogado e professor, assumindo o cargo de professor assistente da cátedra de Literatura Portuguesa.

12. Murilo Monteiro Mendes nasceu em Juiz de Fora (MG) no dia 13 de maio de 1901, faleceu em 1975 na cidade de Lisboa Portugal. Foi um poeta e crítico de arte. Expoente do Surrealismo literário brasileiro.

13. Acervo Biblioteca Nacional. Diário de Pernambuco, Edição 00244, de 17 de outubro de 1948.

14. Ariano Vilar Suassuna nasceu em João Pessoa no dia 16 de junho de 1927, faleceu em 2014 na cidade do Recife. Foi um intelectual, escritor e artista brasileiro. Secretário de Educação e Cultura do Recife (1975-1978) Secretário de Assessoria do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (2011-2014).



Marechal Cordeiro de Farias quando exercia o cargo de governador de Pernambuco. s/l, 10 de julho de 1957. Acervo Arquivo Nacional. BR RJANRIO PH FOT 20752(6)

Em 2 de fevereiro 1958, Thales casou-se com Rosália Pereira dos Santos, filha de João Pereira dos Santos, proprietário da tradicional Usina Santa Teresa da cidade de Goiana (PE). Sobre a relação entre Thales Ramalho e João Pereira, Ana Clara relata:

“Meu avô, assim, foi um... Enfim, financiou algumas campanhas do meu pai e eles eram muito ligados. Meu pai tinha uma admiração muito grande por ele enquanto industrial, um nordestino que saiu do Sertão e, bom, construiu... fez o que ele fez, chegou onde chegou. E a recíproca era verdadeira, vovô admirava muito papai.”

Thales trabalhou por pouco tempo na Secretaria de Governo de Otávio Corrêa de Araújo¹⁶ (PE), até o dia 31 de dezembro daquele ano. Mesmo sem exercer função política, manteve-se próximo aos políticos do PSD. Em 1962, foi indicado ao cargo de deputado estadual de Pernambuco pela coligação Frente Popular Democrática, composta pelo PDS e pela União Democrática Nacional (UDN). Nessa primeira eleição, obteve votos principalmente dos municípios de Goiana e Jaboatão, que não foram suficientes para elegê-lo, tendo conquistado apenas a suplência. Segundo jornais de época, mesmo atuando apenas

15. Oswaldo Cordeiro de Farias nasceu em Jaguarão (RS) no dia 16 de agosto de 1901 e faleceu em 1981 no Rio de Janeiro. Foi um político e militar. Governador do Rio Grande do Sul (1938-1945) Governador de Pernambuco (1955-1958).

16. Otávio Corrêa de Araújo nasceu em Cabaceiras (PB) no dia 27 de outubro de 1900, faleceu em 1993 na cidade do Recife (PE). Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (1947-1948) Vice-presidente de Pernambuco (1958-1959).

como suplente de deputado estadual, Thales Ramalho “(...) *fazia-se presente diariamente, pela manhã e pela tarde e, quando havia sessões extraordinárias à noite, comparecia à Assembleia para o paleio*”¹⁷. Por motivos de saúde, o titular do cargo, Francisco Sampaio Filho¹⁸, precisou se afastar em duas ocasiões, nas quais Thales assumiu como deputado estadual¹⁹.

UM NEÓFILO EM BRASÍLIA

O ano de 1964 foi marcado por grande agitação política no Brasil, culminando com o “golpe civil-militar” de 1º de abril, que derrubou o presidente João Goulart²⁰ com apoio de setores da sociedade contrários às reformas de base por ele propostas. Com a implantação do regime militar, o novo governo precisava criar mecanismos legais que tornassem viáveis a articulação e a implementação de suas decisões. Como a então vigente Constituição de 1946 mantinha inexecutável a nova gestão, os atos institucionais (AI) edificaram-se como instrumentos de legalidade para viabilizar suas ações.

As eleições para governador do ano de 1965 foram mantidas pelo novo regime. Em 3 de outubro daquele ano, candidatos de oposição saíram vitoriosos em importantes Estados, provocando uma reação do governo. Em 27 de outubro de 1965, Castello Branco²¹ decretou o Ato Institucional nº 2, estabelecendo a realização de eleições indiretas para o cargo de presidente da República e a extinção dos partidos políticos. Em seguida, o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro, instituiu o bipartidarismo no país, sendo fundados o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Em 15 de novembro de 1966, Thales Ramalho se elegeu pela primeira vez deputado federal de Pernambuco pelo MDB, com cerca de vinte mil votos. Apesar de filiado ao partido de oposição, adotou uma linha moderada. Nesse primeiro mandato, foi titular da importante Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Em agosto de 1970, apresentou o Projeto de Lei 2245/1970, que tratava do “salário-mínimo-aula” de professores de ensino médio, refletindo seu compromisso com a categoria à qual pertencera.

17. Diário de Pernambuco, Edição 00166, de 11 de agosto de 1963.

18. Francisco Sampaio Filho, eleito pela UDN com 3.127 votos para deputado estadual de Pernambuco. Tendo Thales Ramalho como suplente.

19. A primeira foi entre 17 de março e 11 de agosto de 1965. A segunda entre 17 de agosto a 27 de outubro de 1965.

20. João Belchior Marques Goulart nasceu em São Borja (RS) no dia 6 de dezembro de 1919, faleceu em 1976 na cidade de Mercedes Uruguai. Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul (1947-1951). Secretário de Estado do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul (1951-1952) Presidente Nacional do PTB (1952-1965) Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil (1953-1954) Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul (1951-1951; 1952-1953; 1954-1955) Vice-presidente do Brasil (1956-1961) Presidente do Brasil (1961-1964).

21. Humberto de Alencar Castello Branco nasceu em Fortaleza (CE) no dia 20 de setembro de 1897, faleceu em 1967 na mesma cidade. Foi um militar brasileiro. Chefe do Estado-Maior do Exército (1963-1964) Primeiro Presidente do Brasil após o golpe de 1964 (1964-1967).



Vista aérea da Esplanada dos Ministérios. Brasília, 1964-1967. Acervo do Arquivo Públicos de DF. BR DFARPDF SCS FF 7 6 D 1(1339)

No acervo documental do Conselho de Segurança Nacional (CSN)²² dos *arquivos da ditadura* que chegaram ao Arquivo Nacional em dezembro de 2005, localizou-se uma minuta de Exposição de Motivos²³ para a cassação do mandato de deputado federal e a suspensão dos direitos políticos de Thales Ramalho, o que acabou não ocorrendo, seja pela fragilidade dos motivos alegados pelo general Portella²⁴ ou por Ramalho possuir melhor trânsito político que seus pares efetivamente cassados, como o deputado federal Simão da Cunha²⁵, que teve seus direitos políticos suspensos por dez anos²⁶. O processo de Cunha inclui a Exposição de Motivos de nº 73/1969, também do general Portella, que o acusava, dentre outras coisas, de pertencer à *Frente Ampla*²⁷.

Na minuta de Exposição de Motivos do processo contra Thales Ramalho, o Secretário-Geral do CSN, general Jayme Portella de Mello, alega que:

“(…) após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos serviços de informações dos ministérios militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades antirrevolucionárias (sic) desenvolvidas pelo indiciado, através de ligações com a entidade ilegal denominada Frente Ampla.”

Integra o processo um documento produzido pela Agência Recife do SNI, de dezembro de 1968, que fundamentou as acusações do

22. O Conselho de Segurança Nacional (CSN) foi criado pelo artigo 162 da Constituição Federal de 1937, com a função de estudar todas as questões relativas à Segurança Nacional. Após o golpe militar de 1964, a política de segurança foi bastante alterada. Em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão centralizador das atividades de informação. O Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, tornou o CSN o órgão de mais alto nível de assessoramento direto do presidente da República na formulação e na execução da política de Segurança Nacional.

23. Acervo do Arquivo Nacional, fundo Conselho de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, 1969. BR DFANBSB N8 0 PRO CSS 1749.

24. Jaime Portella de Mello nasceu em Pocinhos (PB) em 12 de julho de 1911, faleceu em 1984 na cidade de Brasília. Militar brasileiro, chefiou o Gabinete Militar da Presidência da República (1967-1969).

25. Simão Vianna da Cunha Pereira, 1919-1983. Deputado Federal – 1963-1967, MG, UDN, Deputado Federal – 1967-1969, MG, MDB.

26. Mandato de Deputado Federal Simão da Cunha foi cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, expedido pelo Decreto de 7 de fevereiro de 1969, publicado no D.O. de 10/02/1969, p. 1331.

27. Aliança inusitada que reuniu antigos inimigos em prol do enfrentamento do regime militar e da busca pela reabertura democrática. Uniu os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek, então exilados, e Carlos Lacerda,

general contra Thales Ramalho. Nele se registra que Thales tivera um encontro “(...) com Carlos Lacerda e um grupo político, na casa do deputado Simão da Cunha, para discutir os rumos futuros da Frente Ampla, da qual, no mês seguinte, se tornaria articulador no Estado do Rio Grande do Norte.”

O ARTICULADOR EM AÇÃO

Em 1970, Thales Ramalho tornou-se segundo-secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados²⁸. Em novembro daquele ano, com cerca de 26 mil votos, reelegeu-se deputado federal por Pernambuco. No final do ano, tiveram início articulações internas no MDB para eleger o deputado Ulysses Guimarães²⁹ (MDB- SP) como presidente do partido e Thales Ramalho como secretário-geral. Nesse segundo mandato, Thales participou de diversas comissões permanentes da Câmara dos Deputados: foi titular da Comissão da Bacia do São Francisco (1971); suplente da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas (1971) e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores, que tinha como presidente o deputado Flávio Marcílio³⁰, da Arena.

Como esperado, em abril de 1971 Ulysses Guimarães foi eleito presidente do MDB e Thales Ramalho, secretário-geral do partido, cargo que exerceu até 1979. O MDB viu diminuída sua bancada de deputados federais, de 32% das cadeiras da Câmara dos Deputados conquistadas em 1966 para 28% nas eleições de 1970. Em entrevista concedida em 1981, Thales Ramalho comentou:

“Ao assumir a secretaria geral do MDB em 1971, encontrei um partido destroçado pelas cassações, pelas violências. (...) Eu não tinha sequer diretório regional em Goiás, no Mato Grosso e nos territórios. E foi uma luta imensa que o deputado Ulysses Guimarães e eu empreendemos, então, para levantar o partido. Fizemos juntos muitas viagens pelo país, percorrendo território por território, Estado por Estado.”³¹

A atuação de Ramalho no período foi uma demonstração de sua personalidade conciliadora, com participações importantes nas discussões acerca da redemocratização e reconstrução do MDB.

ex-governador do Estado da Guanabara e apoiador direto do golpe de 1964. Essas três figuras, que estiveram em lados opostos nos anos pré-1964, se uniam em um movimento de ordem civil que pretendia combater as ações de poder centralizadas nas mãos do executivo e buscar a redemocratização mediante apoio popular. Carlos Lacerda foi o principal articulador da Frente Ampla. Lançou na imprensa, em 1966, um manifesto criticando a ditadura militar. Encontrou-se com JK em Portugal e, pela chamada “Declaração de Lisboa”, firmou um pacto de aliança. Em setembro de 1967, foi a Montevideu, no Uruguai, onde ocorreram a negociação e a adesão de Jango.

28. Cabe ao segundo-secretário da mesa diretora da Câmara dos Deputados tratar das relações internacionais da Casa, inclusive a emissão de passaportes dos deputados. Cuidar dos programas de estágio oferecidos pela instituição e da lista de presença dos nobres colegas deputados durante as sessões. Algumas premiações oferecidas pela Câmara, como medalhas de honra ao mérito, também passam pelo segundo-secretário.

29. Ulysses Silveira Guimarães nasceu em Rio Claro (SP) em 06 de outubro de 1916, faleceu em 12 de outubro de 1992 em Angra dos Reis (RJ). Deputado Estadual de São Paulo (1947-1951); Deputado Federal (1951-1992); Presidente da Câmara dos Deputados (1956-1957, 1985-1986 e 1987-1988); Ministro da Indústria e Comércio em (1961-1962).

30. Flávio Portela Marcílio nasceu em Picos (PI) em 12 de agosto de 1917 e faleceu em Brasília em 26 de janeiro de 1992. Governador do Ceará (1958-1959); Deputado Federal (1964-1987, 1990-1991); Presidente da Câmara dos Deputados (1973-1975, 1979-1981, 1983-1985).



Da esquerda para direita Franco Montoro, Ulisses Guimarães, Thales Ramalho e Jarbas Vasconcelos durante reunião. Brasília – DF, 16 de março de 1977. Acervo CPDOC. UGfoto0427

AS INTEMPÉRIES DE THALES

O ano de 1972 seria um ano difícil para Thales Ramalho. Logo no início de janeiro, perdeu seu único irmão, Nilo Ramalho. Ainda recuperando-se do luto, em fins de março organizou, como secretário-geral do partido, a convenção nacional do MDB. Foram dias de muito trabalho e forte pressão. O partido vivia intensas disputas internas entre a ala “moderada”, da qual fazia parte Thales Ramalho, e a ala dos “autênticos”. Segundo matéria do *Correio Braziliense*³², Thales não pôde ir a Recife para votar na convenção, tendo permanecido em Brasília em permanente contato com todas as seções do MDB para acompanhar os resultados das eleições internas estaduais. Hoje, os meios de comunicação do início da década de 1970, mesmo os da Capital Federal, poderiam ser classificados como, no mínimo, precários. À época, realizar ou receber uma ligação telefônica interestadual era tarefa tortuosa, incompatível com um coração ansioso por notícias do resultado dos pleitos.

Thales fez uma declaração, publicada na mesma reportagem do *Correio*, que denota o nível de tensão nas negociações internas do partido:

“Não houve surpresa qualquer da direção nacional do MDB. Tudo saiu absolutamente de acordo com as previsões, apesar

31. Um deputado em cadeira de rodas. Folhetim, São Paulo, domingo, 25 de janeiro de 1981.

32. Acervo Biblioteca Nacional. *Correio Braziliense*, 28 de março de 1972 (https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&Pesq=%20Thales%20Ramalho%22&pagfis=20699)

da descrença do grupo ‘autêntico’. Acredito e faço sinceros votos que esses companheiros revejam suas posições. Vamos partir todos unidos para a formação dos órgãos diretores emedebistas. Mais do que o partido, o país se beneficiaria com essa coesão.”

Essa sequência de intensos acontecimentos pode ter contribuído para que, em abril de 1972, Thales sofresse um acidente vascular cerebral que o tornaria hemiplégico, tendo sua lateral esquerda do corpo totalmente paralisada. E foi assim que adentrou, segundo suas palavras, em um novo mundo:

“Foi quando passei a conviver com deficientes, tanto aqui como no Exterior, que comecei a me sensibilizar, primeiro, pela própria necessidade da minha reabilitação e, depois, pelo impacto que sofri, pois até então, como milhões de brasileiros hoje, eu não tinha noção do que é esse mundo dos deficientes. Os deficientes no Brasil vivem segregados principalmente pelas barreiras físicas que o cercam, e também pela falta de assistência e pelo preconceito. (Folhetim, São Paulo, domingo, 25 de janeiro de 1981, pág. 7)”

Discretamente noticiado pela imprensa, o afastamento de Thales de suas atividades políticas perdurou por pelo menos três meses³³.



Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e outros integrantes do Movimento Democrático Brasileiro nos corredores da Câmara dos Deputados. Julho de 1977. Acervo CPDOC. TNfoto0355

33. Acervo Biblioteca Nacional Diário de Pernambuco, 10 de maio de 1972. Edição 00106 https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22Thales%20Ramalho%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.br&pagfis=27466

ABERTURA LENTA, GRADUAL E SEGURA

Em janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral se reuniu a fim de escolher o próximo presidente da República. Candidato pela Arena, o general Ernesto Geisel³⁴ disputou com o deputado Ulysses Guimarães, o “anticandidato” do MDB. Vitorioso, Geisel foi eleito com 400 votos a favor e 76 contra. Lenta, gradual e segura, a reabertura democrática surgia desde seus primeiros discursos.

As eleições legislativas de 1974 foram um desastre para o partido do governo. O MDB, “oposição consentida”, recuperara-se substancialmente, elegendo 15 senadores para as 22 cadeiras em disputa e 161 deputados para 364 cadeiras disponíveis. O resultado acendeu um alerta na cúpula do governo, que percebeu a necessidade de dialogar com a oposição para se manter no processo de distensão política.

Thales foi novamente eleito deputado federal por Pernambuco, desta vez com mais de 38 mil votos. Ainda se destacando como político conciliador, conseguiu aumentar exponencialmente o número de agremiações de seu partido em 1974. Antes da atuação de Thales como secretário-geral, o MDB tinha 786 diretórios municipais; com seus trabalhos, passou a ter quase três mil.

Foi nesse contexto que, em abril de 1975, ao lado de Ulysses Guimarães, Thales protagonizou um dos mais misteriosos episódios do período, oriundo de uma longa reunião com o general Golbery do Couto e Silva³⁵, então Chefe da Casa Civil de Geisel. O encontro fora organizado por Thales e pelo marechal Cordeiro de Farias, que convenceram Ulysses e Golbery. Do teor da conversa são conhecidos apenas os relatos de Thales e de Ulysses³⁶. O general surpreendeu os interlocutores com a informação de que Geisel pretendia revogar o AI-5³⁷ para, segundo ele, ajudar a dissolver limitações à liberdade política, como o bipartidarismo. A informação soou para Ulysses como uma forma de implodir o MDB e diluir a oposição em pequenos partidos. Golbery também sinalizou a possibilidade de discussão da anistia e a revisão das cassações.

Na madrugada de 16 de julho de 1976, Thales Ramalho passaria

34. Ernesto Beckmann Geisel nasceu em Bento Gonçalves (RS) em 3 de agosto de 1907 e faleceu no Rio de Janeiro (RJ) em 12 de setembro de 1996. Ministro-Chefe do Gabinete Militar (1961-1961, 1964-1969) Ministro do Superior Tribunal Militar (1967-1969); Presidente do Brasil (1974-1979).

35. Golbery do Couto e Silva nasceu em Rio Grande (RS) em 21 de agosto de 1911 e faleceu em São Paulo (SP) em 18 de setembro de 1987. Ministro-chefe do Gabinete Civil (1974-1981); Serviço Militar (1927-1961).

36. GUTEMBERG, Luiz. Moisés: codinome, Ulysses Guimaraes: uma biografia. Cia das Letras, 1994, p. 145-151.

37. Ato Institucional nº 5 (AI-5): decretado em 13 de dezembro de 1968, suspendia as garantias constitucionais e o direito de habeas corpus, dando ao presidente o poder de intervir nos estados e municípios, decretar estado de sítio por tempo ilimitado sem aprovação do Congresso Nacional, cessar mandatos e suspender por dez anos os direitos políticos de um cidadão e demitir ou reformar oficiais das Forças Armadas e das polícias militares.

por mais uma provação: ele e seu motorista foram vítimas de um grave acidente nas proximidades da cidade de Goiana (PE), quando viajavam de Natal para Recife. O parlamentar sofreu várias fraturas e escoriações e, segundo depoimento de sua filha Ana Clara, precisou passar por duas cirurgias. Ainda segunda ela, seu quadro se agravou por infecções e a família optou por levá-lo aos Estados Unidos para tratamento.

A DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Thales Ramalho foi entrevistado em janeiro de 1981 para o suplemento Folhetim³⁸ da Folha de São Paulo³⁹, sendo assim apresentado pelo jornalista José do Patrocínio:

“O deputado Thales Ramalho (PMDB-PE) é um dos quatro parlamentares com deficiência física no Congresso Nacional. Contudo, mais do que qualquer outro, Thales, desde que se tornou paraplégico há oito anos, vem usando a tribuna em defesa dos doze milhões de deficientes existentes no Brasil. Em 1978, ele propôs a Emenda Constitucional nº 12, assegurando direitos a essa minoria.”

Thales propôs a Emenda Constitucional nº 12, de 1978, com o objetivo assegurar às pessoas com deficiência melhorias em sua condição social e econômica. Até então, não havia no Brasil leis voltadas ao tema. A aprovação da Emenda fez com que o Brasil se tornasse o sexto país do mundo a inscrever direitos das pessoas com deficiências em seu texto constitucional.

Em 1981, Thales propôs a emenda que tornaria obrigatória a fixação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços de forma a sinalizar a utilização por pessoas com deficiência. Ainda no mesmo ano, submeteu emenda com proposta de criação de um Fundo Nacional para as Pessoas Portadoras de Deficiência. Apesar de criado em 1981, somente em 2019 o fundo teve sua criação aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados.

38. O Folhetim começou a circular em 1977, e tinha o perfil de um jornal de variedades, apresentava um espaço bem diversificado que unia divertimento, crônica social, fatos diversos e até o romance publicado em fatias.

39. Ano Internacional das Pessoas Deficientes proclamado para 1981 pela Organização das Nações Unidas.

Uma publicação da Câmara dos Deputados intitulada “Atuação parlamentar em defesa das pessoas deficientes”⁴⁰ reuniu discursos e projetos do deputado Thales Ramalho. O primeiro dos discursos fora proferido da tribuna em 12 de outubro de 1978, e assim se inicia:

“Senhor Presidente, Senhores Congressistas,

Depois de três longos anos, esta é a primeira vez que consigo vencer, com as próprias pernas, esses degraus.

O esforço, para mim, é semelhante ao de quem escalou uma montanha.

A cadeira de rodas ficou lá embaixo, e estou aqui não para que os Senhores vejam nesse fato um acontecimento extraordinário, mas para que todos testemunhem que a deficiência, física ou mental, pode ser vencida.

Pode e será sempre vencida, desde que o deficiente seja submetido a um adequado programa de reabilitação.

(...)

A Proposta de Emenda Constitucional que ora se discute, e a qual o seu autor faz questão de colocar acima de partidos e de quaisquer outros interesses, pretende ser um primeiro passo no sentido de encontrar uma solução para o problema.

Que o deficiente do Brasil tenha, inscritos na Constituição, os seus direitos fundamentais: o direito de viver em sociedade, e não segregado; o direito ao trabalho, nos limites de sua capacidade; e os direitos de ir e de vir, de andar pelas ruas e de entrar e de sair de edifícios, nas ruas e nos edifícios que os homens construíram sem atentar que existem milhões de patrícios seus que não podem, nas suas cadeiras de rodas, com seus aparelhos ortopédicos, com suas muletas ou sem a luz dos olhos, vencer as escadarias, as escadas rolantes, as imensas barreiras que encontram, a cada passo, até para subir um simples calçada de qualquer rua.

Era tudo que eu tinha a dizer.”

40. Acervo Biblioteca da Câmara dos Deputados. Atuação parlamentar em defesa das pessoas deficientes. Câmara dos Deputados, Brasília, 1982.



Thales Ramalho na tribuna da Câmara dos Deputados. Arquivo da Câmara dos Deputados. Brasília – DF, [1978].

A repercussão na imprensa da aprovação da Emenda nº 12 acentua um traço de sua personalidade que iria marcar sua trajetória política:

“O Deputado Thales Ramalho mostra-se eufórico com o apoio recebido por sua emenda constitucional de apoio aos deficientes físicos, que só foi aprovada pelo Congresso graças ao trânsito fácil que Thales possui em todos os círculos do Congresso, sejam do MDB ou da Arena. Aliás, o primeiro a assinar a emenda foi o Senador Petrônio Portella.”⁴¹

No trecho citado, o jornalista Murilo Melo Filho ressalta a imediata adesão do Senador Petrônio Portella⁴² à Proposta de Emenda nº 12, reforçando o comentário comum no meio político de então: “*o diálogo no Congresso Nacional, entre oposição e a ala governista, passava pelo gabinete do deputado Thales Ramalho*”.

OUTROS PARTIDOS, MESMA LUTA

Nas eleições parlamentares de 1978, que aconteceram sob os preceitos da “Lei Falcão”⁴³, Thales Ramalho elegeu-se com mais de 53 mil votos, sendo o segundo deputado federal mais votado do MDB em Pernambuco. Esse foi seu melhor desempenho eleitoral e também sua última eleição pela legenda.

Com a extinção do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, Thales optou por mudar de partido. Participou, juntamente com outros parlamentares, da criação do Partido Popular (PP), também integrado por Tancredo Neves⁴⁴ e Magalhães Pinto⁴⁵. Segundo seu manifesto de lançamento, o PP se apresentava como um “*partido de oposição – popular, progressista e nacionalista – que visava a conquistar democraticamente o governo*”. Em março de 1981, Thales Ramalho tornou-se líder do PP na Câmara dos Deputados.

A reforma eleitoral ocorrida neste período trouxe a inovação do “voto vinculado”, que impedia coligações partidárias, obrigando o eleitor a escolher candidatos de um mesmo partido para todos os cargos em disputa. Tais medidas ocasionavam uma divisão entre os partidos oposicionistas e reduziam as possibilidades eleitorais das agremiações que não possuíssem bases municipais sólidas. O jovem PP, apesar de terceiro maior partido do país naquele momento, ainda apresentava uma estrutura organizacional precária na maioria dos Estados.

41. Acervo Biblioteca Nacional, Revista Manchete, p. 76, 04/11/1978, nº 1385, ano 27.

42. Petrônio Portella Nunes nasceu em Valença do Piauí (PI) em 12 de setembro de 1925 e faleceu em Brasília (DF) em janeiro de 1980. Deputado estadual do Piauí (1954-1958); Prefeito de Teresina (1966-1979); Senador do Piauí (1966-1979); Presidente do Senado (1971-1973, 1977-1979); Ministro da Justiça (1979-1980).

43. A Lei Falcão (Lei 6.339/1976), alterou o formato da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. A propaganda no rádio consistia na leitura do nome, do partido, do número e do currículo de cada candidato. Nas propagandas televisivas, havia ainda uma foto dos candidatos. No máximo, era permitido divulgar datas e locais de comícios.

44. Tancredo Neves (1910-1985) foi um político, advogado e empresário brasileiro. Primeiro presidente eleito não empossado no processo de redemocratização (1985). Presidente do Conselho de Ministros do Brasil entre 1961-1962. Governador de Minas Gerais entre 1983-1984. Senador por Minas Gerais entre 1979-1983. Deputado federal por Minas Gerais nos períodos de 1963-1979, 1954-1955 e 1951-1953. Ministro da Justiça entre 1953-1954. Deputado estadual por Minas Gerais entre 1947-1951.

45. Magalhães Pinto (1909-1996) foi um político, advogado e economista brasileiro. Deputado federal por Minas Gerais entre 1946-1961, 1967-1971 e 1979-1987. Governador de Minas Gerais entre 1961-1966. Ministro das Relações Exteriores do Brasil entre 1967-1969. Senador por Minas Gerais entre 1971-1979. Presidente do Senado Federal do Brasil entre 1975-1977.



Da esquerda para direita, sentados: deputado Ulysses Guimarães, Senador Tancredo Neves, deputado Thales Ramalho durante conferência. De pé, atrás de Tancredo Neves, deputado Joel Ferreira. De pé, atrás de Thales Ramalho, Paulo Affonso Martins de Oliveira, secretário-geral da mesa da Câmara dos Deputados e depois ministro do TCU. [1982 - 1985]. Acervo CPDOC. TNfoto0459(5).

Sem conseguir costurar alianças regionais com outros partidos e diante da aproximação das eleições de 1982, ganhou força rapidamente no interior do PP uma proposta de fusão com o PMDB. Em fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos confirmou a incorporação. Insatisfeito com essa decisão, Thales Ramalho desligou-se do partido em fevereiro de 1982, filiando-se ao Partido Democrático Social (PDS). Concorreu sob a nova legenda nas eleições de novembro de 1982, reelegendo-se pela quinta vez deputado federal por Pernambuco com mais de 51 mil votos.

Entre o final de 1983 e início de 1984, tomou força nas ruas das principais capitais brasileiras a campanha por eleições diretas para presidente da República. Apesar dos grandes comícios em apoio à emenda Dante de Oliveira, que foi à votação em 25 de abril de 1984, a emenda não obteve votos suficientes para que o projeto pudesse ser encaminhado à apreciação do Senado Federal.

No início do ano de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se para eleger, indiretamente, o novo presidente da República. A disputa se deu entre o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, e o candidato

do PDS, Paulo Maluf⁴⁶. Mesmo filiado ao PDS, Thales Ramalho votou no candidato da oposição, seu amigo Tancredo Neves, que foi eleito, tendo como vice o senador pelo Maranhão José Sarney⁴⁷.



Da esquerda para direita: Tancredo Neves, Magalhães Pinto e Thales Ramalho durante reunião para a formação da comissão provisória do Partido Popular. Brasília – DF, dezembro de 1979. Acervo CPDOC TNfoto0404.

A última aparição pública do presidente eleito Tancredo Neves ocorreu no casamento da filha de Thales. Ana Clara se casou com Telmo José Barata em 1º de março de 1985, na cidade do Recife, tendo Tancredo como um de seus padrinhos. As núpcias foram notícia em todo o país, sendo assim noticiadas na coluna do jornalista Zózimo do Amaral: *“Eram tantas autoridades federais presentes ao casamento da filha do deputado Thales Ramalho que, em vez da Marcha Nupcial, deviam ter executado o Hino Nacional.”*

Ana Clara Ramalho relata o desejo de Tancredo Neves de que Thales Ramalho tivesse aceitado seu convite para compor o futuro ministério. Ainda segundo ela, teria causado espanto a Tancredo a recusa e o pedido que Thales lhe fez: *“Veja, Sarney, como pode? Eu quero que Thales vá para a Justiça, eu preciso dele... ou para a Casa Civil, e ele quer ir para o Tribunal de Contas.”*

46. Paulo Salim Maluf nasceu em São Paulo (SP) em 3 de setembro de 1931. Prefeito de São Paulo (1969-1971, 1993-1996); Governador do Estado de São Paulo (1979-1982); Deputado Federal (1983-1987, 2007-2018).

47. José Sarney de Araújo Costa nasceu em Pinheiro (MA) em 24/04/1930. Deputado Federal (1956, 1957 e 1959-1966); governador do Maranhão (1966-1970); senador pelo Maranhão (1971-1985); presidente da República (1985-1990); senador pelo Amapá (1991-2015); presidente do Senado Federal (2009-2013).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Em 21 de abril de 1985, o falecimento de Tancredo causou comoção nacional. Sua promessa, no entanto, foi mantida, e Thales Ramalho foi indicado pelo presidente Sarney ao cargo de ministro do TCU. No ano seguinte, em 19 de fevereiro de 1986, foi empossado e exaltado pelos novos colegas por seu desempenho na carreira pública, em especial por sua atuação nos projetos de lei que garantiram os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, conforme expresso pelo Ministro Luciano Brandão⁴⁸, ao se manifestar durante a posse:

“(...) Todos nós sabemos que Vossa Excelência desempenhou as missões que lhe foram confiadas, e muitas outras que voluntariamente se impôs, com exemplar proficiência. Não lhe abateu o ânimo nem mesmo quando sérios acidentes de saúde o atingiram, tudo superando com a força de seu inquebrantável espírito, de seu indomável caráter, e, por que não dizer, com o seu estoicismo, na melhor acepção da palavra. Todavia, as adversidades, vitoriosamente superadas, não fizeram de Vossa Excelência um insensível. Com efeito, não se olvida os que sofrem. Prova-o a iniciativa de haver apresentado, e assim feito inserir na Constituição, a Emenda nº 12, de sua autoria, que assegura direitos constitucionais às pessoas portadoras de deficiências.⁴⁹”

Também foi homenageado pelas palavras do Procurador Geral, Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, que mencionou o quão criteriosa e competente a Corte se estabelecia na escolha de seus integrantes. Mourão Branco declarou, ainda, que Thales traria reservas de energia suficientes para as árduas provas impostas pelo novo cargo, e enfatizou as oportunidades que o ministro teria de demonstrar seus louváveis atributos morais e intelectuais. Tais palavras refletem a atuação de Thales na Corte. O ministro iniciou suas atividades com uma visita à Inspeção Regional Externa de São Paulo e a autoridades locais. Ao longo de sua carreira no Tribunal, participou de todas as sessões com zelo e honestidade.

Em março de 1988, Thales se aposentou do TCU para trabalhar como assessor especial da Presidência da República. Na sessão ordinária de caráter especial destinada às homenagens de despedida da Casa, registradas na Ata nº 19, de 4 de maio de 1988, a trajetória do ministro

48. Luciano Brandão Alves de Souza nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 05/07/1924; faleceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ) em 12/07/2018. Diretor-Geral da Câmara dos Deputados 1964-1977; Ministro do Tribunal de Contas da União 1977-1994; Presidente do Tribunal de Contas da União 1981-1982; Conselheiro da República 1994-1997.

49. Trecho retirado da Ata de Sessão Plenária Especial nº 4, de 19 de fevereiro de 1986, aprovada em 4 de março de 1986, publicada em 13 de março de 1986).

foi lembrada pelos colegas com admiração. Dentre os pronunciamentos, destaca-se o do Procurador Geral, Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, que assim define a passagem de Ramalho pelo TCU:

“Lucidez, preocupação com a moralidade nos gastos públicos, atividade marcada pelo esforço inteligente, firme e corajoso, de abrir perspectivas conciliatórias, além de rara capacidade de ouvir e de registrar, completada pela de dizer a palavra certa na hora certa, são alguns dos atributos da personalidade do Ministro THALES RAMALHO, manifestados em favor deste Colegiado e do país.”



Sessão Especial de posse do Ministro Thales Ramalho. Brasília, 19 de fevereiro de 1986. Acervo Museu Guido Mondim do Tribunal de Contas da União.

NO OLHO DA TORMENTA

Conforme anteriormente citado, Thales se aposentou do Tribunal em março de 1988 e foi convidado pelo presidente José Sarney a trabalhar como assessor especial da Presidência da República. Seu papel foi o de facilitador e conciliador nas relações entre o Planalto e a Assembleia Constituinte⁵⁰. A escolha de Thales repercutiu positivamente, conforme evidenciado pelo seguinte trecho da coluna “*Fatos e Bastidores*” do jornalista Walter Gomes, publicada no jornal *Correio Braziliense*⁵¹, em março de 1988:

50. No dia 1º de fevereiro de 1987, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reuniram-se em Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Composta por 559 constituintes, a ANC foi convocada em meio ao processo de transição democrática do país, sendo parte de um compromisso assumido pelas forças políticas que chegaram ao poder em 1985. Em 5 de outubro de 1988, após intensos debates, conflitos, impasses e negociações, foi promulgada, em sessão solene, a sétima Constituição do Brasil.

51. Acervo da Biblioteca Nacional. *Correio Braziliense*, 14 de março de 1988, Edição 9098.

“Oficialmente, nesta segunda-feira, um profissional de verdade passa a ocupar um gabinete vizinho ao do presidente José Sarney. (...) Intelectual que lê e político que trabalha, Ramalho mais do que isso, é um conhecedor de almas e um amaciador de interesses. O jogo, agora, passa a ter maiores emoções.”

Interessava a Sarney ter consigo alguém que o ajudasse a aprovar no Congresso o mandato de cinco anos para presidentes da República. A indicação de Thales como assessor da presidência foi bem recebida por líderes do PMDB. Como assessor, participou ativamente das discussões da Assembleia Constituinte em torno de diversos temas de interesse do governo.

Thales exerceu esse papel até o início de 1990, quando pediu exoneração e foi nomeado para integrar o Conselho da República⁵², assumindo uma das duas vagas de escolha do presidente da República. Nessa função, teve atuação discreta, acompanhando os dramáticos acontecimentos que levaram ao *impeachment* do então presidente Fernando Collor⁵³. Foi sua última função pública. Ao final de seu mandato de Conselheiro, voltou a morar em Recife.

O PARLAMENTAR CONCILIADOR

Em 2001, Thales Ramalho sofreu um derrame que afetaria sua capacidade de falar e o renderia recluso até seu falecimento. Feneceu de parada cardiorrespiratória na manhã de 15 de agosto de 2004, em sua residência, em Recife, ao lado de Helena, sua segunda esposa, com quem conviveu por mais de 35 anos.

Sua atuação parlamentar foi decisiva para a desconstrução do aparato repressor implantado pelo regime militar. Seus mandatos parlamentares foram dedicados à redemocratização do país e delineados por sua personalidade conciliadora. Sua atuação como ministro do TCU ficou marcada pela lisura e pelo compromisso com as finanças públicas.

As palavras carinhosas da filha Ana Clara sobre sua trajetória política ilustram seu percurso de vida:

52. Diário Oficial, 17 de janeiro de 1990. O Conselho da República era conduzido pelo presidente da época, Fernando Collor, e composto por 14 integrantes natos e 8 suplentes. Os natos são: o vice-presidente da República, Itamar Franco, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, o Presidente do Senado, Mauro Benevides, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), o deputado Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), o ministro da Justiça Jarbas Passarinho e os senadores Humberto Lucena (PMDB-PB), e Marco Maciel (PFL-PE). Além disso, fazem parte ainda do conselho seis cidadãos brasileiros com mais de 35 anos e mandato de três anos no órgão. Sendo eles, dois nomeados pelo presidente da República, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos na Câmara. Os integrantes do Conselho da República não são remunerados para exercerem a função.

53. Fernando Affonso Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em 12 de agosto de 1949. Prefeito de Maceió (1979-1982); Deputado Federal (1983-1987); Governador de Alagoas (1987-1989); Presidente do Brasil (1990-1992); Senador (2007-2023).

“Apesar de ter tido muitos cargos, de ter ocupado lugares de uma certa importância na história política do país, papai morreu com o que tinha. Ele não fazia uso dessas coisas em benefício próprio. Ele de fato tinha um ideal, ele pensava o país. Tudo o que fazia era em função desse ideal, em prol da democracia.”



Despedida de Tancredo Neves do Senado Federal. Na tribuna Tancredo Neves. Vê-se também os deputados Raul Belém, José Aparecido de Oliveira, Thales Ramalho e Gasthone Righi. Senado Federal, Brasília, 10/03/1983. BR APMGBH JAO-0558(03)

PRINCIPAIS CONDECORAÇÕES E HONRARIAS

- Medalha Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Grande Oficial, concedida pelo Tribunal superior do Trabalho (1986).
- Ordem do Mérito Brasília, no Grau de Grande-Oficial, concedida pelo Governo do Distrito Federal (1986).
- Medalha da Inconfidência Mineira (1988).
- Título de Cidadania Honorária e Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkimim de Minas Gerais (1997)
- Título de Cidadão de Pernambuco (1997).



Solenidade de entrega da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho ao ministro Thales Ramalho. Brasília, 11/08/1986. Acervo do Museu Guido Mondim do Tribunal de Contas da União.

REFERÊNCIAS

CARONE, Edgard. *A república liberal II. Evolução política (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1985.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. (Coleção As Ilusões Armadas).

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. (Coleção As Ilusões Armadas).

GUTEMBERG, Luiz. *Moisés: codinome, Ulysses Guimaraes: uma biografia*. Cia das Letras, 1994.

ISHAQ, Vivien. *A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LIRA NETO. *Castello: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século*. Depoimento a Tarcísio Holanda, 2 ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

Um deputado em cadeira de rodas. Folhetim, São Paulo, domingo, 25 de janeiro de 1981. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/custom/download/biblioteca/jornais/FOLHETIM210.pdf>

Ata da Sessão Plenária Especial nº 4, de 19 de fevereiro de 1986. Aprovada em 4 de março de 1986, publicada em 13 de março de 1986.

Obra composta no formato 21x28cm,
em fontes das famílias Minion Pro, corpo 12/14pt,
e Myriad Pro, corpo 9pt.

Disponível em versão digital.

Brasília/DF
2023

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

Secretaria-Geral da Presidência
Instituto Serzedello Corrêa
Diretoria de Inovação e Cultura
Centro Cultural TCU

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Núcleo de Comunicação

PESQUISA HISTÓRICA E DE IMAGEM

Museu do TCU Ministro Guido Mondin

FOTOGRAFIAS

Acervo do Arquivo Nacional
Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal
Arquivo da Câmara dos Deputados
Acervo do CPDOC
Acervo do Museu do TCU Ministro Guido Mondin
Acervo pessoal da família

FOTOGRAFIA DA CAPA

Arquivo da Câmara dos Deputados



MISSÃO

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

VISÃO

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável

